

MEMÓRIA

1 – Participantes

ASSOCIADO	Representantes
ASES	Manoel do Prado Vasconcelos
ASSEDIS	Diego Rossini Albuquerque
CDL	Brenno Barreto
CRC	Ângela Andrade Dantas Mendonça
FACIASE	Anselmo de Oliveira
FECOMÉRCIO	Alexandre Wendel
FIES	José Abílio Primo Guimarães
Junior Achievement	Robson Pereira
SICOFASE	Alex Cavalcante Garcez
SINCODIV	William Gonçalves Lott
SINCOR	Érico José Melo Nery
SINDETUR	Ravison Silva de Souza
SINDESP	Marco Aurélio Pinheiro Tarquínio
SINDILOJAS	Gilson Silveira Figueiredo
SINDPESE	Flávio Henrique Barros Andrade
CONSELHO SUPERIOR / DIRETORIA	
Conselho Superior	Geraldo Soares Barreto
Conselho Superior	Roger Dantas Barros
Conselho Superior	Luiz Eduardo de Magalhães
Conselho Superior	Jorge Santana de Oliveira
Colaborador	Dilson de Brito Franco
Diretoria - Coordenador	Alexandre Porto
Assessoria Jurídica	Cléverson Chevel
Assessoria Jurídica	Milla Cerqueira
Secretaria Executiva	Márcio Monteiro
ENTIDADE / STATUS	
Convidado / Palestrante	Jorge Carvalho (Sec. Estado da Educação)
Convidado / Assossora	Anne Alice
Convidado / Jornalista	Elton Coelho
Convidado / Fotógrafa	Maria Odília
Convidado	João Ricardo Magalhães (Acese)

2 – Pauta

2.1 Aprovação da memória da reunião de 16.06.2015

Alexandre Porto

Abriu a reunião dando boas vindas a todos e conforme deliberado na última reunião, convidou o Secretário Jorge Carvalho para falar sobre as ações visando a melhoria dos índices de qualidade da educação em Sergipe. Mas antes de passar a palavra ao Secretário, submeteu à aprovação a memória encaminhada por e-mail referente da reunião de 16.06.2015, que submetida aos associados foi aprovada sem ressalvas.

2.2 Informes da Coordenação (e das entidades)

Alexandre Porto

Franqueou a palavra aos presentes.

Ancelmo de Oliveira

Deu boas vindas ao Secretário Jorge Carvalho e perguntou ao Coordenador se houve algum desdobramento sobre a manifestação da BR 101.

Alexandre Porto

Disse que a repercussão na imprensa foi muito positiva gerando matéria no nível nacional no portal UOL, que foi informado sobre a homologação de nova licitação para o buraco, mas que não recebeu nenhum retorno do DNIT, embora reafirme preferir que o serviço seja realizado, a qualquer nota ou justificativa, embora não descarte a possibilidade de enviarmos correspondência aos responsáveis solicitando informações sobre a data prevista de conclusão da obra.

Geraldo Barreto

Ressaltou que o setor rural historicamente visto como constituído por "Jecas Tatu", mas hoje o agronegócio cresce 4,7% enquanto os demais setores apresentam decréscimo no PIB. A recente viagem da Presidenta Dilma aos Estados Unidos significou o princípio da liberação da importação de carne brasileira *in natura* para aquele País, e isso tem aspectos significantes, por tratar-se de um grande mercado com alto grau de fiscalização sanitária, o que repercute como uma chancela para a abertura de outros mercados também seletivos. Falou sobre a dificuldade de se adquirir terras em Sergipe para cobertura de passivo ambiental do agronegócio, não só por ser um estado pequeno na sua dimensão, mas principalmente pelo elevado custo das terras ainda disponíveis. Propôs que terras baianas próximas às regiões de fronteiras, a exemplo de Itapicuru, pudessem ser adquiridas, mas para isso necessitaria autorização do Governo da Bahia. Sugeriu que o Fórum encaminhe expediente a um deputado federal convidando-o para conhecer com mais detalhes a questão e posteriormente manter contatos com seus pares da Bahia no sentido de viabilizarem a liberação para Sergipe essa possibilidade, o que seria muito bom não só para a economia como para o meio ambiente desses municípios.

Alexandre Porto

Sugeriu que o tema seja pautado na próxima reunião para maior aprofundamento e decisão sobre o encaminhamento, assim como a retomada da discussão sobre o IPTU de Aracaju, que ficou sem solução até a presente data.

Brenno Barreto

Comunicou o deferimento da incorporação da ação da CDL à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), movida pela OAB, relativa ao aumento abusivo do IPTU em Aracaju.

Érico Nery

Destacou a importância do agronegócio para o setor de seguros, conforme dados liberados pelo órgão que regula o segmento (SUSEP) relativos ao período de janeiro a maio de 2015, que indicam crescimento nacional de 14,5%, enquanto Sergipe cresceu 48%, demonstrando que mesmo com a economia indo mal, o setor de seguros continua pujante.

Alexandre Porto

Comentou que quando alguém diz que a economia vai mal, vai mal para uns e bem para outros setores econômicos. Falou sobre as correspondências que foram sugeridas na reunião passada, para a Seplag e o TCE, ambas solicitando empenho no cumprimento da nova Lei Estadual nº 7.996/2015, que adequou a legislação de compras públicas em relação ao tratamento diferenciado para as MPE, exigindo exclusividade para essas empresas na disputa em certamos de até R\$ 80mil. Disse que irá agendar visita ao Secretário Augusto Gama (Seplag) e ao Presidente Carlos Pinna (TCE) para a entrega das correspondências em comissão.

Robson Pereira

Informou que a Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas estará promovendo no próximo dia 18, no Hotel Quality, a XXXIII edição do Seminário Empresarial Social Cristão, trata-se de um momento de reflexão e discussão sobre o ambiente de negócios, cuja programação contará com os seguintes palestrantes: Luciano Barreto, Jorge Santana, Carlos Augusto Alcântara e o próprio. Todos estão convidados para o Seminário.

Cléverson Chevel

Reiterou a necessidade de uma nova correspondência ao DNIT para saber sobre as providências tomadas pelo órgão em relação ao reparo do buraco da BR101.

Alexandre Porto

Disse concordar, mas desde que em outros termos, perguntando sobre quando a obra estará pronta.

2.3 Palestra do Secretário de Estado da Educação, Jorge Carvalho, sobre soluções para a melhoria da educação em Sergipe.

Alexandre porto

Fez breve histórico sobre o palestrante, Secretário de Estado da Educação, Jorge Carvalho, destacando-o como estudioso da educação e da cultura sergipanas, tendo exercido destacados cargos na administração pública estadual. Passando em seguida a palavra ao palestrante.

Jorge Carvalho

Agradeceu o convite para que viesse ao Fórum dialogar, especialmente os amigos Alexandre Porto e Luiz Eduardo de Magalhães, que trouxeram o tema educação à discussão. Disse que gostaria de nominar os amigos presentes, mas tomou a decisão de não correr este risco, porque praticamente cem por cento das pessoas que o compõem são do seu conhecimento e amigos, mas que conhecia o Fórum à distância. Participa de sua primeira reunião e que sabia de sua importância, todavia, o impacto visual impressiona pelas lideranças e entidades que o compõem. Aproveitou a presença da Dra. Ângela Dantas, presidente do Conselho Regional de Contabilidade

e integrante do Conselho Estadual de Alimentação para agradecer o grande serviço voluntário que presta por isso mesmo merece o reconhecimento e a gratidão da Secretaria.

Iniciou abordando a estrutura da Secretaria Estadual de Educação que é constituída de sete departamentos; três assessorias e dez diretorias regionais; presente nos 75 municípios e na metade dos povoados sergipanos. Mantém 356 escolas, com 16.399 servidores, sendo 10.337 professores e 6.062 administrativos, que atendem a 167.940 estudantes, respondendo por ¼ do orçamento do Estado, que em 2015 corresponde a R\$ 1, 15 bilhão. A Secretaria é constitucionalmente responsável pela educação básica, dos 4 aos 17 anos de idade, que compreende o infantil, ensino fundamental e ensino médio. Sergipe tem 2.084 mil habitantes, destes não são objetos da Secretaria 61% por serem pessoas com mais de 25 anos, sendo 13% situados na faixa de 18 a 24 anos, que corresponderia à fase de universidade, perfazendo 74% no total. O número de matrículas tem caído em função do envelhecimento da média de idade da população.

São 570 mil alunos matriculados nas várias redes de Educação Básica em Sergipe; 48% nas escolas municipais, 29% nas escolas estaduais, 22% nas escolas particulares e 1% escolas federais (Unidades do IFS e o Colégio de Aplicação da UFS). Temos hoje 350 mil (62%) no Ensino Fundamental, 81 mil no Ensino Médio, quando o ideal seria ter a relação 1x1, o que acaba por revelar uma sociedade perversa que exclui mais de 60% dos jovens da possibilidade de frequentar o Ensino Médio. Cada 100 alunos que ingressam no 1º ano do Ensino Básico somente 40 ingressarão no 1º ano do Ensino Médio, realidade que necessita ser mudada para não comprometer o nosso desenvolvimento. São 167 mil estudantes atendidos pelas escolas estaduais, sendo 102 mil no Ensino Fundamental e 65 mil no ensino médio.

A Lei de Diretrizes e bases da Educação atribui aos municípios a responsabilidade do Ensino Médio, mas na prática a realidade é outra e o Estado acaba substituindo o município provocando mais uma distorção. Existe também a distorção na idade zero, onde 12.347 estudantes com mais de 15 anos de idade, que deveriam estar cursando o Ensino Médio, ocupam vagas no Ensino Fundamental, são repetentes que fazem com que o Estado gaste em dobro na sua educação. Quase a metade dos alunos matriculados no Ensino Médio deveriam estar bem mais avançados nos estudos, o que constitui mais uma grave distorção. A taxa de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos é de 17%, muito alta considerando-se que a taxa do Brasil é de 8,5%, ou seja, temos 350 mil analfabetos. O curioso nisso tudo é que em 1992 a população de analfabetos que era de 27% em Sergipe, 32% no Nordeste e 17% no Brasil, atualmente Sergipe tem 17%, o Nordeste 17% (redução de 15%) e o Brasil reduziu 50%, logo se a tendência persistir teremos em breve a pior taxa da região, portanto o quadro é muito grave.

O IDEB, que é o Índice de Desenvolvimento da Educação no Brasil e que estabelece a pontuação 7 como ideal, conforme orientação da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), mede através de avaliação de conhecimentos dos alunos em matemática e português, a infraestrutura da escola e qualificação dos professores. Dados relativos ao ensino até o 5º ano mostram que saímos de uma nota 3 em 2005 para uma nota 4,1 em 2013, indicando que a tendência não é boa no sentido de atingimento de meta da rede estadual, razão pela qual Sergipe aparece como o melhor dentre os 6 piores estados brasileiros. Ao compararmos a evolução do IDEB do ensino público com o ensino privado, de 2005 a 2013, temos que o primeiro cresceu de 3 para 4,1, enquanto o segundo cresceu de 5,3 para 6,1, indicando um desempenho bastante superior do ensino privado. Porém, a qualidade do ensino privado comparativamente com outros estados ainda assim é muito ruim.

Os cinco municípios com melhor desempenho no ensino até o 5º ano são: Amparo do São

Francisco, Lagarto, Poço Verde, Graccho Cardoso e Telha. Os cinco piores são: Santana do São Francisco, Brejo Grande, Itabi, Poço redondo e Pirambu. Já no Ensino Médio houve decréscimo de 2,9 em 2005 para 2,7 em 2013 (o projetando para 2021 é 4,9). A pior escola pública de Ensino Fundamental do Brasil é a sergipana, a menos qualificada dentre os 27 estados. Essa é a realidade! O problema diz respeito a toda a sociedade sergipana. Dados que compartilhou com a FENEN – Federação dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Sergipe demonstram que apesar de melhor desempenho das escolas privadas em relação à escola pública, houve também queda na qualidade. Ressaltando que a escola particular é também uma concessão de serviço público e como tal deve se sujeitar aos princípios constitucionais do Estado.

Os municípios com os piores indicadores no Ensino Médio em Sergipe são: Feira Nova, Carira, São Miguel do Aleixo, Pirambu e São Domingos. Já os melhores são: Telha, Poço Verde, Itabi, Cedro de São João e Amparo do São Francisco. Observando os índices no 3º ano do Ensino Médio temos um decréscimo de 2,8 em 2005 para 2,6 em 2013 (projetando-se 4,7 para 2021) uma verdadeira tragédia para a educação. A qualidade mínima exigida somente em 5 municípios, que são: Poço Verde, Poço Redondo, Telha, Cedro de São João e Muribeca, os demais 70 municípios estão abaixo da qualidade esperada pela oferta de ensino público e particular, e mesmo Aracaju não conseguiu atingir 75% do índice mínimo exigido.

Em 2014 o Governo de Sergipe investiu R\$ 1 bilhão e em 2014 irá investir R\$ 1,15 bilhão em educação. Desses recursos 86% são destinados ao pagamento da folha salarial, 11% para o custeio e 3% para investimento. Quanto ao magistério podemos dizer que recebem um bom salário, pois o piso é de R\$ 1.943,53 (não é remuneração) até R\$ 3.036,58 de salário base, podendo o profissional ter dois vínculos. A remuneração média dos professores é de R\$ 5.427,00, podendo variar de R\$ 4.000,00 a R\$11.154,00, portanto não são salários miseráveis em qualquer lugar do mundo.

Alexandre Porto

Pergunta ao Secretário se já foi feito levantamento sobre os salários praticados na rede privada.

Jorge Carvalho

Responde que os salários são bem menores, mas as condições de trabalho são muito superiores às da escola pública. O espelho da folha de pagamento da SEED mostra que 6.274 (68%) recebem entre R\$ 3 e R\$ 6 mil; 28% até R\$ 3 mil e 7% entre R\$ 6 mil e R\$ 11 mil. A remuneração do magistério cresceu de 2005 a 2014 no nível superior 165%. Um aluno de nível médio custa ao Estado R\$ 8 mil, valor bem superior ao praticado pela quase totalidade das escolas particulares.

Propostas:

- Mudar a legislação vinculando $\frac{1}{4}$ do ICMS que é distribuído aos municípios à qualidade do ensino existente no município, considerando as seguintes variáveis:
 - Valor relativo da renda per capita municipal;
 - % de oferta de oferta de matrículas do Ensino Fundamental;
 - Taxa de distorção da idade certa;
 - % de oferta de turmas de alfabetização de adultos; e,
 - Taxa de aprovação de alunos no Ensino Fundamental.
- Criar um sistema estadual de avaliação da educação básica (2ª, 5ª e 9ª séries);
- Criar o premio de qualidade “Professora Ofenísia Freire” que avaliará as escolas e as de melhor desempenho receberão entre R\$ 50 mil e R\$ 300 mil/ano mediante contrato de metas e apadrinhamento da pior escola do município, que por sua vez receberá metade dos recursos a título de auxílio para melhorias e a outra metade liberada mediante aumento da qualidade da educação. Pagamento de um salário a mais para cada servidor das 20 melhores escolas públicas, número de unidades que subirá a cada ano, e cadernetas de poupança para os melhores alunos

que só poderão realizar saque após a conclusão do Ensino Médio.

- Aprovar na Assembleia Estadual Legislativa, o Plano Estadual de Educação para os próximos 10 anos, com metas alinhadas com o Plano Nacional de educação;

- Modificar a gestão das escolas estaduais para um sistema mais democrático, já que atualmente 50% das escolas são dirigidas por pessoas com indicação política e a outra metade, que corresponde a Aracaju e Nossa Senhora das Dores em que os diretores são eleitos por seus pares. A busca é pela melhor solução democrática possível, cujos processos de seleção sejam antecedidos de capacitações preparatórias dos gestores, que irão atuar mediante contrato de metas; e,

- Criar o programa de intercâmbio “Sergipe para o mundo” como forma de estímulo ao aprendizado de línguas estrangeiras, que a partir de 2016 irá encaminhar inicialmente 50 estudantes para o exterior para que fiquem hospedados em casas de família e frequentando escolas durante cinco meses, com bolsa de R\$ 800,00. Os países que deverão participar do programa são: Estados Unidos, Espanha, Uruguai, Chile, Argentina, Inglaterra, Canadá e Austrália.

Alexandre Porto

Disse que a apresentação do Secretário Jorge Carvalho foi muito rica, ampla e esclarecedora, parabenizando-o pela franqueza com que trata o tema ao reconhecer que o erro é do Estado e Poder Público, independentemente dos gestores o antecederam, ajudando a mostrar a realidade que esse diagnóstico inicial é o primeiro passo na busca de solução dos problemas. Mesmo assim não existe garantia de que daqui a quatro anos uma nova gestão dê continuidade ao que está sendo feito agora, como tivemos a oportunidade de testemunhar reiteradas vezes nas áreas de saúde e segurança, por exemplo. Em seguida, Alexandre abriu inscrição para perguntas ao Secretário.

Luiz Eduardo de Magalhães

Há três semanas estive no Brasil o Primeiro Ministro de Singapura, que durante sua visita revelou que no seu País era miserável antes da independência há 50 anos e hoje é considerada uma das mais prósperas sociedades do mundo. Segundo o Primeiro Ministro todo o desenvolvimento de Singapura deveu-se ao investimento prioritário em educação. Duas são as perguntas ao Secretário: Qual o apoio que encontra entre os professores? No Brasil surgiram ONGs que se dedicaram ao desenvolvimento da educação e que conseguem resultados expressivos onde atuam. Existe alguma dessas ONGs atuando em Sergipe?

Marcos Pinheiro

Considerou alarmante de 37% de servidores exercendo atividades meio no quadro da SEED, percentual que indica graves distorções em qualquer gestão. Considerando que a média é de 16 alunos por professor, não dá para entender as reclamações do sindicato de que as salas de aula estão superlotadas. Marcos destacou que da forma como estão sendo conduzido processo de reformas e recuperação de unidades escolares, quando a Secretaria concluir as obras na primeira escola, a última escola já estará depredada, pois o que existe não é depredação, é vandalismo, afetando a qualidade do ensino e cuja solução passa por um novo olhar do Estado para o problema. A sociedade precisa ser responsabilizada pela destruição e pela violência na escola, pois há um acovardamento do poder Público no enfrentamento da população nesse ponto. Chama a atenção o fato de que nos municípios com os melhores indicadores econômicos são ruins nos indicadores educacionais. Pergunto, porque não usar a tecnologia do ponto eletrônico para controlar a frequência de professores e servidores? Existe algum projeto no Plano de Ação prevendo PPP (Parcerias Público-Privadas)?

Geraldo Barreto

Destacou o fato de que a honestidade demonstrada pelo Secretário o credencia muito mais para que faça um diagnóstico preciso sobre a educação. Disse que as estruturas sindicais representam o que de mais obsoleto existe em nosso País nos dias de hoje. Pergunto: O que a sociedade pode fazer para apoiar um Plano como o apresentado pelo Secretário? Como as entidades juntas poderiam apoiar um Plano tão importante?

Cléverson Chevel

Pergunto, porque o estado não começa a municipalizar a educação através de convênios, até porque, os municípios tem condições de conseguir menor custo/professor e maior efetividade em razão dos mesmos residirem no próprio município, através de um programa de transferência gradativa de atribuições. Perguntou também, se já foi feita pelo Estado uma simulação de ganhos com saúde e segurança decorrente de investimentos em educação. Concluiu abordando a intenção de tornar ¼ do ICMS como verba carimbada para a educação, pois muitos municípios que não dispõem de receita própria poderão rescindir de parte dessa verba, podendo comprometer os objetivos da lei, podendo torna-la ineficaz diante da realidade econômica desses municípios.

Ângela Dantas

Agradeceu as referências feitas pelo Secretário e pelo assento obtido em maio pelo Conselho Estadual de Contabilidade - CRC, no Conselho Estadual de Alimentação - CEA. Ângela chamou a atenção para o elevado número de estudantes semianalfabetos que chegam ao ensino superior com necessidade de reforço no aprendizado de matemática e de português para darem continuidade ao curso. O chamado nivelamento. Finalizou dizendo que o Secretário poderá sempre contar com o apoio do CRC,

Milla Cerqueira

Parabenizou o Secretário pela sua sinceridade e deu conhecimento sobre o fato de que em 2005, o NDG – Núcleo de Desenvolvimento Global em parceria com o Instituto Votorantim firmaram consultoria com o Estado visando melhoria da educação, mas logo que o novo governo assumiu o poder, o Programa foi descontinuado. Sobre esse tipo de solução, se existe intenção de retomada de programa semelhante e que já demonstraram dar resultados em outros estados, a exemplo de Minas Gerais.

Jorge Santana

O custo médio por aluno é de R\$ 570,00. Pergunto: Existe alguma possibilidade do setor público comprar vagas do setor privado?

Jorge Carvalho

O movimento sindical não apoia esse conjunto de ideias da atual gestão e isso fica claro com as manifestações recentes, mas mesmo no auge da greve o índice de desaprovação ao movimento foi de 40% e 60% das escolas permaneceram abertas, portanto há apoio sim. Quanto às ONGs especializadas disse estar em tratativas com três institutos sobre assessoramento pedagógico: Fundação Itaú Social, o Leman e o Instituto Airton Senna. Há uma OSCIP em Sergipe que vem desenvolvendo grande “expertise” em educação, trata-se do Instituto de Pesquisa e Tecnologia, que já realiza trabalhos em escolas públicas de alguns municípios. A Secretaria está buscando auxílio junto ao IPT para assessoramento em novas tecnologias pedagógicas. Concorda que existe uma quantidade elevada de servidores em relação ao quantitativo de alunos da rede pública. Sabemos que na gestão pública todo servidor é estável e não há o que possa ser feito para redução do quadro de pessoal, quem já atuou no serviço público sabe disso, inclusive muitos dos senhores presentes passaram por

essa experiência. A solução é otimizar os trabalhos com o quadro existente, mesmo sofrendo pressões do Ministério Público para contratações.

Deu início à terceirização da vigilância escolar nas 20 escolas com maior índice de violência registrada e contratou vigilância armada. Noventa dias depois, foi feita uma avaliação e não houve nenhuma ocorrência de violência, o que fez com desse início à contratação de vigilantes para mais 50 escolas. A merenda escolar será terceirizada, e está dependendo da superação de alguns óbices junto à Procuradoria geral do Estado, tendo conseguido autorização para contratar 200 merendeiras via CLT. Comentou que há uma semana inaugurou uma escola no bairro Santos Dumont e que ontem recebeu comunicado de que 150 carteiras escolares da unidade tinham sido destruídas. Entende isso como reflexo da má gestão escolar e a solução é a punição do diretor e dos servidores responsáveis.

Quanto à frequência dos servidores disse ter implantado na sede administrativa o ponto digital e que foi um choque para muitos, pois dos 800 servidores lotados na unidade, 340 não compareceram para realização do cadastro do RH. Nas escolas de Nossa Senhora da Glória implantou o diário de classe eletrônico que registra o início e fim das aulas e o acompanhamento do plano de aula, além da implantação de catracas eletrônicas para controle dos alunos e que gera mensagem para os pais e o relógio digital para os vigias. Em relação às PPP o Secretário disse ter a maior simpatia, até porque teve a oportunidade de conhecer escolas mineiras, onde a gestão pedagógica é feita pelo estado e a gestão administrativa feita pelo setor privado.

Propôs ao Governador Jackson Barreto uma visita às escolas mineiras para conhecer de perto a experiência exitosa daquele Estado. Quanto à municipalização o que existe é mais uma distorção já que a lei atribui aos municípios a responsabilidade do Ensino Fundamental. Destacou que hoje a Secretaria transporta cerca de 70 mil alunos nos veículos financiados pelo Estado. Quanto à questão da aplicação do ¼ do ICMS foram feitas simulações para justamente avaliar o impacto da medida sobre a receita dos municípios mais pobres e para isso a sua implantação deverá ser gradativa.

Quanto ao Estado comprar vagas no setor privado não existe restrição legal, é mais uma questão de ordem política e muito complexa. Sobre o Programa descontinuado pelo estado em 2005, citado pela advogada Milla Cerqueira, disse desconhecer e pediu mais informações sobre o assunto. Concluiu dizendo que a coisa que o deixa estarrecido nesse debate é que em nenhum outro governo foi dado tanto estímulo ao magistério quanto nos governos Marcelo Déda e Jackson Barreto, no entanto, a qualidade nunca experimentou uma queda de qualidade tão vertiginosa.

O problema da educação em Sergipe é sério demais para ser apenas um problema só do Governo, é um problema de todos nós cidadãos. Obrigado!

2.4 O que ocorrer

Alexandre Porto

O Coordenador agradeceu ao Secretário Jorge Carvalho pela palestra. Nada mais havendo para tratar, agradeceu a presença de todos os presidentes e convidados, dando por encerrada a reunião.